

O PATRIMÔNIO CULTURAL: TUTELA PENAL. Wassila Caleiro Abbud, Paulo César Correa Borges. – Direito – Direito – Departamento de Direito Público – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Campus de Franca.

É recente o problema do jurídico de proteção ao meio ambiente, bem como o direito penal ambiental. A Constituição Federal, em seu art. 225, §3º, estabeleceu que “as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, as sanções penais e administrativas, independente da obrigação de reparar o dano”.

Desde 1937 o Brasil possui, em nível constitucional, legislação específica de proteção aos bens culturais. Nossa Constituição Federal de 1988 veio nortear toda a legislação subjacente de proteção ao patrimônio cultural, e dar uma nova conotação a todas as leis em vigor, no sentido de favorecer uma interpretação coerente com a orientação político-institucional que então se inaugurava.

A Magna Carta, por questão de sistematização legislativa, estabeleceu em capítulos apartados as diretrizes atinentes à preservação do patrimônio cultural (art. 216, § 1º.) e do meio ambiente (art. 225, *caput*), dispondo, contudo, de forma idêntica, que incumbe ao Poder Público, com a colaboração da comunidade, o dever de preservá-los e defendê-lo.

A doutrina de vanguarda acerca da questão afirma que o meio ambiente não mais se resume ao aspecto meramente naturalístico, mas comporta uma conotação abrangente, holística, compreensiva de tudo o que cerca e condiciona o homem em sua existência no seu desenvolvimento na comunidade a que pertence e na interação com o ecossistema que o cerca. Devido a essa ampla conceituação dada ao seu objeto, o campo de abrangência da proteção jurídica cultural alargou-se enormemente, alcançando todos os bens naturais e culturais de valor juridicamente protegido, desde o solo, as águas, a flora, a fauna, as belezas naturais e artificiais, o ser humano, o patrimônio histórico, artístico, turístico, paisagístico, monumental, arqueológico, além das variadas disciplinas urbanísticas contemporâneas.

A necessidade de uma eficaz tutela penal do patrimônio cultural se justifica pelo fato de que, sendo a Constituição Federal a norma fundamental de cada comunidade e impondo, assim, os seus princípios a todo o ordenamento jurídico, refletindo as concepções dominantes em uma sociedade, espelhando o que nesta há de mais essencial e de mais consensual, obviamente que a mesma está apta para desempenhar o papel de orientadora do legislador penal na escolha dos fatos a serem definidos como crimes.

Notório é que as sanções de natureza civil e administrativa aplicáveis aos violadores dos bens culturais bem como as tímidas e arcaicas construções penais a respeito do tema não foram suficientes para coibir as reiteradas práticas lesivas, tornando-se realmente indispensável a pronta colaboração do direito penal para a proteção da integridade desse patrimônio cuja efetiva tutela penal foi expressamente assegurada em nível constitucional (art. 225, § 3º, CF/88).

Por fim, ressalte-se a necessidade de realizar a compatibilização da Política Criminal com as diretrizes da Política Ambiental, dotando-se a legislação penal de instrumentos e normas adequados à proteção dos valores ambientais que possam atender melhor aos anseios e às exigências da nova ordem social que pretende a harmonização dos interesses da comunidade com a necessidade de preservar nosso patrimônio cultural, no interesse das gerações vindouras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Paulo de Bessa. *Curso de Direito Ambiental (Doutrina, Legislação e Jurisprudência)*. Editora Renovar, Rio de Janeiro, 1990.

BERGER, Gilda Pereira de Carvalho. *O Direito Penal e a Proteção do Meio Ambiente*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, 1992.

BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo e Sociedade*. 4ª edição, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1992.

COSTA JÚNIOR, P. J. Tutela Penal do Patrimônio Histórico.

FERREIRA, Ivette Senise. *A Tutela Penal do Patrimônio Cultural*. Tese de Doutorado, São Paulo, 1993.

FREITAS, Vladimir Passos e FREITAS, Gilmar Passos de. *Crimes contra a natureza*. 6. ed. São Paulo: Revistas dos Tribunais. 2000.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito Ambiental Brasileiro*. 9 ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. Tutela Penal do Patrimônio Arqueológico Brasileiro. Jus Navegandi, Teresina, a. 6, n. 55, mar. 2002. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2738> .Acesso em 25.set.2005.

SÃO PAULO (cidade), Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. *O Direito à Memória*. DHP, São Paulo, 1992.

TELLES, Antônio A. Queiroz. *Tombamento e seu regime jurídico*. Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 1992.

ZAFFARONI, Eugênio Raúl. *Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal*. 5ª ed., Editora Renavan, Rio de Janeiro, 2001.